

Artigo

Sustentabilidade como campo de disputa simbólica: produção de sentido, poder organizacional e legitimação das práticas ambientais

Sustainability as a field of symbolic dispute: production of meaning, organizational power and legitimation of environmental practices

Francismere Pereira Lacerda de Souza¹, Juciara Maria de Sousa Melo², Márcia Luciana Gurgel Assunção do Nascimento³, Dayane Rodrigues Simões⁴, João Paulo Borges de Queiroz⁵, José Antonio Agulleiro Rodriguez⁶, José Eudes Medeiros Júnior⁷, Luanna Nayara Calixto de Araújo⁸, Rita de Cássia Sarmiento Gomes⁹ e Matheus Vieira Mendes¹⁰

¹Advogada e Graduada em Direito pela Faculdade Católica da Paraíba, Cajazeiras, Paraíba. ORCID: 0009-0004-4444-9640. E-mail: meire.adv@hotmail.com;

²Graduada em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, Paraíba, pós-graduada em direito civil e empresarial, advogada, servidora pública, ex-supervisora do TJPB. ORCID: 0009-0007-0696-8812. E-mail: juciarameloadv@gmail.com;

³Mestranda em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, Rio Grande do Norte, Graduação em Administração Pública pela UFRN Graduação em Ciências Sociais e Especialização em Gestão de Pessoas pela Faculdade do Vale do Jaguaribe, Pombal, Paraíba. ORCID: 0009-0002-3036-4254. E-mail: lu_gurgel@hotmail.com;

⁴Advogada, graduação em Direito e pós-graduada em Processo Civil pela Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, Paraíba. ORCID: 0009-0002-8460-2297. E-mail: drs_dayane@hotmail.com;

⁵Mestrando em Gestão e Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba. ORCID: 0000-0002-8002-404X. E-mail: jpborges@gmail.com;

⁶Mestrando em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, Rio Grande do Norte, Especialista e Graduado em Direito pela Universidade Potiguar. ORCID: 0009-0006-4174-8068. E-mail: agulleiro@gmail.com;

⁷Mestrando em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, Rio Grande do Norte, Especialista e Graduado em Direito pela Faculdade de Ciências e Tecnologia Mater Christi. ORCID: 0009-0007-9199-941X. E-mail: eudes.medeirosjr@gmail.com;

⁸Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba. ORCID: 0009-0004-2802-9486. E-mail: luannanayaracalixtodearaujo@gmail.com;

⁹Farmacêutica, graduada pela Universidade Santa Maria, Cajazeiras, Paraíba. Possui especialização em cursos do Conselho Federal de Farmácia. ORCID: 0009-0007-5512-8086. E-mail: rita_gomes2011@hotmail.com;

¹⁰Enfermeiro, graduado pela Universidade Santa Maria, Cajazeiras, Paraíba. Possui especialização em saúde e educação. ORCID: 0009-0003-0777-5642. E-mail: mvmsshalom@gmail.com.

Submetido em: 02/11/2025, revisado em: 05/11/2025 e aceito para publicação em: 14/11/2025.

RESUMO: O presente artigo parte da ideia de que a sustentabilidade passou a funcionar como um tipo de sinal de confiabilidade usado por empresas e instituições para conquistar aceitação pública. Hoje, práticas ambientais são avaliadas também por como são comunicadas, explicadas e verificadas diante do olhar social. Nesse âmbito, o objetivo do estudo foi entender em que condições a sustentabilidade se transforma em fonte de legitimidade, capaz de gerar reputação positiva e efeitos concretos, mesmo antes de mudanças materiais comprovadas. Para tanto, a pesquisa utilizou abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e análise documental. Foram usados estudos recentes publicados entre 2018 e 2025, além de autores clássicos que ajudam a explicar como esse processo se formou ao longo do tempo. Os principais achados mostram que práticas ambientais ganham credibilidade quando há coerência entre o que é prometido e o que pode ser verificado. Métricas, certificações, *ratings* e auditorias funcionam como provas públicas e ajudam a reduzir dúvidas sobre o compromisso ambiental das organizações. Ao mesmo tempo, a divergência entre metodologias e a possibilidade de maquiagem reputacional mantêm riscos de manipulação simbólica. Logo, conclui-se que a legitimidade ambiental depende menos do simples cumprimento de regras e mais da confiança construída perante o público.

PALAVRAS-CHAVE: Governança ambiental; Esfera pública; Responsabilidade corporativa; Reputação; Greenwashing.

ABSTRACT: This article starts from the idea that sustainability has come to function as a type of reliability signal used by companies and institutions to gain public acceptance. Today, environmental practices are evaluated not only for their material outcomes, but also for how they are communicated, justified, and verified in the public eye. In this sense, the study aimed to understand under which conditions sustainability becomes a source of legitimacy, capable of generating positive reputation and concrete effects even before proven material changes occur. The research employed a qualitative approach, based on bibliographic review and documentary analysis. Recent studies published between 2018 and 2025 were used, along with classic authors who help explain how this process developed over time. The main findings show that environmental practices gain credibility when there is coherence between what is promised and what can be verified.

Metrics, certifications, ratings, and audits operate as public forms of evidence and help reduce uncertainty about an organization's environmental commitments. At the same time, divergences between methodologies and the possibility of reputational make-up keep the risks of symbolic manipulation present. Therefore, the study concludes that environmental legitimacy depends less on the mere fulfillment of rules and more on the trust built before the public.

KEYWORDS: Environmental governance; Public sphere; Corporate responsibility; Reputation; Greenwashing.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A sustentabilidade ingressou na agenda pública em resposta a crises ecológicas e sociais e, ao longo das últimas décadas, ocupou espaço no vocabulário corporativo e institucional, o que a transformou em parâmetro discursivo de aprovação social perante públicos plurais, em contexto no qual reputação, coerência simbólica e auditabilidade informacional ganharam relevância como vetores de reconhecimento social nas esferas de maior visibilidade (Habermas, 2014).

Nesse percurso, organizações passaram a incorporar práticas e sinais discursivos que comunicam responsabilidade e racionalidade, mesmo quando a aderência às rotinas técnicas permanece incompleta, fenômeno já examinado pela sociologia institucional e que hoje ressurge na forma de padrões de relato, selos e indicadores reputacionais utilizados como marcadores de confiabilidade (Meyer; Rowan, 1977).

Em sentido complementar, a multiplicação de *ratings* e métricas de sustentabilidade ampliou a disputa por autoridade interpretativa sobre o que deve ser reconhecido como desempenho ambientalmente aceitável, o que gerou ruído metodológico e fortaleceu a gestão da impressão em ambientes expostos a altas expectativas de transparência, especialmente em plataformas digitais de monitoramento ampliado (Berg; Kölbl; Rigobon, 2022). A digitalização dos espaços de validação deslocou a centralidade do olhar institucional para mecanismos de prova comunicada, de forma que trilhas verificáveis, curadorias de dados e mediações algorítmicas passaram a moldar a observação pública dos compromissos ambientais e, com isso, a legitimação afirmada por organizações em arenas de julgamento social (Jeacle; Carter, 2022).

Diante desse cenário, o objetivo em questão neste artigo está em compreender em que condições a sustentabilidade se converte em linguagem de legitimidade na esfera pública, adquirindo força simbólica capaz de produzir vantagem reputacional e autoridade discursiva, e quando essa linguagem, sustentada por instrumentos de validação, gera efeitos institucionais mesmo antes de alterações materiais comprováveis.

Para tanto, a pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza teórico-conceitual e caráter exploratório-explicativo, com método de revisão apoiada em busca sistemática e análise documental. O levantamento bibliográfico contempla obras nacionais e estrangeiras em sociologia, administração, estudos organizacionais e comunicação pública, priorizando autores contemporâneos publicados entre 2018 e 2025 e recorrendo a clássicos apenas quando indispensáveis à base teórica, o que permite captar tanto a trajetória histórica da legitimação ambiental quanto suas reconfigurações atuais no cenário informacional.

A justificativa teórica decorre da necessidade de integrar três dimensões que costumam aparecer dissociadas

na literatura, pois a esfera pública funciona como arena de teste de validade social, a teoria institucional mostra como a legitimação estabiliza expectativas por meio de formas e roteiros e a análise crítica das tecnologias de verificação explica como certos sinais de compromisso se convertem em credibilidade reputacional. A articulação desses elementos amplia a compreensão sobre como práticas ambientais alcançam reconhecimento, como instrumentos de validação produzem mérito público e como tais arranjos comunicacionais reorganizam relações de poder entre organizações e públicos.

A justificativa prática se vincula aos efeitos concretos associados à validação ambiental, uma vez que métricas, *ratings* e certificações impactam acesso a capital, negociação com licenças operacionais e deferência regulatória, ao mesmo tempo em que disputas metodológicas e assimetrias informacionais aumentam o risco de maquiagem reputacional e dificultam a diferenciação entre desempenho substantivo e discurso estratégico.

Nessa direção, a proposta contribui ao fornecer uma moldura conceitual e procedimental para compreender como a sustentabilidade funciona como linguagem de legitimidade e como a performance comunicacional condiciona transformações materiais ou tensiona a avaliação pública sobre seu alcance.

2 A SUSTENTABILIDADE COMO CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA

A noção contemporânea de sustentabilidade nasceu como resultado de um processo histórico de conversão de demandas ecológicas e sociais em linguagem pública de validade, à medida que o ambientalismo militante dos anos 1960 e 1970 cede espaço à institucionalização em políticas, relatórios e padrões de gestão. A passagem do ativismo para o repertório organizacional rearticula o conflito por meio de justificativas capazes de circular entre ciência, governo, empresas e sociedade civil, produzindo uma gramática comum de responsabilidade que pretende ancorar expectativas e reduzir incertezas, ainda que por vezes de modo performático. Nesse deslocamento, o termo sustentabilidade passa a operar como enunciado de legitimidade, uma senha simbólica que indexa compromissos, confere plausibilidade a promessas e orienta a observação social das organizações, o que explica sua ubiquidade em estratégias, missões e relatórios corporativos recentes (Lobato; Neiva, 2022).

Historicamente, a emergência de relatórios ambientais e de padrões de divulgação marcou a tradução administrativa de questões ecológicas, transformando a antiga crítica ao produtivismo em linguagem de gestão e governança. Tal tradução produziu, por um lado, instrumentos de transparência e diálogo, bem como abriu espaço a discrepâncias entre dizer e fazer, fenômeno

analisado como hipocrisia organizada quando a comunicação ambiental cria fachadas coerentes para audiências externas sem resolver tensões internas entre objetivos e práticas. Esse descompasso tornou-se empiricamente observável em estudos que comparam a retórica dos relatórios com dados independentes, mostrando estratégias de preservação de imagem ancoradas em rituais comunicativos e gestos de conformidade seletiva, o que desloca a sustentabilidade do plano operativo para o plano simbólico da credibilidade pública (Lima; Mascena, 2025).

A genealogia do conceito também envolve sua transformação em categoria-ponte entre esferas sociais, algo que a teoria do agir comunicativo descreve como busca de entendimento sob condições de validade discursiva. Aplicada ao campo dos relatórios, essa perspectiva ajuda a interpretar como distorções comunicativas podem ocorrer quando pretensões de verdade, correção e veracidade são instrumentalizadas, fragilizando a confiança na interlocução e convertendo a sustentabilidade em etiqueta retórica de baixo lastro argumentativo (Inocêncio; Favoreto, 2022). A crítica, nesse ponto, exige padrões de linguagem e prova que tornem auditável a pretensão normativa contida na palavra “sustentável”, sinalizando a centralidade das mediações comunicacionais no destino social do termo.

Do ponto de vista analítico, o campo semântico da sustentabilidade ficou polifônico, abrigando sentidos concorrentes que variam conforme os jogos de linguagem e as posições ocupadas pelos agentes na estrutura do campo. A competição por significados inclui disputas entre uma racionalidade instrumental, voltada à redução de risco e custo de capital, e leituras orientadas por valores ecológicos ou justiça socioambiental, com fronteiras porosas e traduções mútuas. Nesse ambiente, políticas corporativas, certificações e selos são mobilizados como marcadores de sentido que pretendem estabilizar interpretações e diferenciar atores, ao mesmo tempo em que atualizam repertórios de gestão para incorporar demandas críticas da sociedade (Kaddouri, 2024). A plasticidade semântica explica por que o vocábulo transita de um ideal normativo a um recurso de gestão reputacional, sem perder completamente sua capacidade de convocar expectativas de mudança.

A sociologia da legitimidade indica que organizações engajam práticas socioambientais para satisfazer audiências que conferem validade cognitiva e moral às suas operações, o que ajuda a entender os mecanismos de acoplamento entre linguagem de sustentabilidade e estratégias de posicionamento. Evidências com pequenas e médias empresas mostram que narrativas de pertinência social e ambiental são acionadas para reduzir assimetrias de informação e justificar escolhas perante reguladores, clientes e comunidades, o que reforça o valor de “ser visto como legítimo” em regimes competitivos de visibilidade (Crossley; Elmaghrhi, 2021).

Tal dinâmica torna o termo sustentabilidade um ativo simbólico, pois a reputação ambiental opera como ponte entre expectativas sociais difusas e decisões organizacionais situadas, deslocando o eixo da

conformidade do mero cumprimento para a aceitabilidade pública das condutas.

A disputa discursiva em torno da sustentabilidade é coextensiva à disputa por autoridade interpretativa. Em ambientes midiáticos saturados, nos quais informações circulam em alta velocidade, a construção de sentido depende de dispositivos de validação e de rotinas de comunicação que estruturam a percepção social, criando efeitos de realidade para determinados enunciados. Nessa ambiência, análises da eco-comunicação mostram como repertórios imagéticos, afetos e narrativas sobre crise ecológica produzem enquadramentos que condicionam a recepção pública das mensagens institucionais, ampliando ou reduzindo sua potência persuasiva conforme a coerência percebida entre forma de comunicação e consequências materiais (Fonseca, 2024). O resultado é um campo no qual o valor semântico de sustentável é produzido em interações que combinam linguagem, provas e performatividade.

A dimensão simbólica da sustentabilidade está presente ainda quando observamos a centralidade das métricas e certificações como tecnologias sociais de credibilidade. Ao estabelecer gramáticas de mensuração, tais instrumentos fornecem provas padronizadas de compromisso e permitem a atores heterogêneos coordenar expectativas sob protocolos comuns, condição importante para que “o sustentável” se torne comparável e negociável entre mercados, reguladores e sociedade. O reverso dessa padronização é a possibilidade de *greenwashing*, quando a equivalência simbólica produzida pela métrica encobre heterogeneidades substantivas, convertendo o selo em signo de valor reputacional deslocado da transformação efetiva dos processos (Freitas Netto *et al.*, 2020). A força do símbolo, aqui, reside justamente na sua capacidade de economizar justificativas ao condensar complexidades em sinais facilmente reconhecíveis e comunicáveis.

Essa economia simbólica deve ser lida como resposta estrutural a ambientes institucionais nos quais expectativas sociais são mediadas por dispositivos de observação e auditorias. Stephens (2025) aponta que, em contextos de múltiplos públicos e critérios, organizações constroem portfólios de sinais para mitigar riscos de contestação, o que inclui estratégias discursivas que ajustam o vocabulário da sustentabilidade às sensibilidades de cada audiência, incrementando a maleabilidade.

A plasticidade, embora útil do ponto de vista estratégico, mantém a tensão entre a promessa universalista do termo e sua aplicação localizada, tensão que se resolve conversando com mecanismos de prova mais densos e com processos participativos que reintroduzem a crítica na fabricação da legitimidade.

Esse panorama semântico e institucional precisa ser relacionado às transformações mais amplas do capitalismo contemporâneo, no qual a crítica social foi, em parte, incorporada aos repertórios de gestão, com a ascensão de uma racionalidade de projetos e redes que valoriza flexibilidade, criatividade e responsabilidade comunicada. Nesse regime, a sustentabilidade torna-se princípio de justificação capaz de compatibilizar desempenho e aceitação social, servindo como linguagem que reconcilia, no plano simbólico, imperativos econômicos com exigências de proteção ambiental e

equidade, ainda que sob permanente disputa de conteúdo (Boltanski; Chiapello, 2009).

O modo como a sustentabilidade se torna capital nas lutas por reconhecimento institucional depende, bem como, de sua capacidade de acumular crédito simbólico junto a públicos relevantes. A teoria do capital simbólico ajuda a compreender por que certos enunciados ambientais, quando emitidos por atores com posição reconhecida, operam como marcadores de distinção e autoridade, influenciando o modo como outros agentes percebem e avaliam práticas, mesmo antes de um exame técnico exaustivo. Esse crédito é conversível em vantagens concretas, como atração de investimentos orientados por critérios ESG, preferências de consumidores e deferência regulatória, o que explica a centralidade do gerenciamento da impressão sustentável no repertório corporativo (Bourdieu, 2001).

A conversão, contudo, permanece contingente à manutenção de coerência comunicativa mínima, sobretudo quando processos de auditabilidade social tornam mais custosa a divergência entre sinal e substância, cenário em que a linguagem perde valor se divorciada de efeitos materiais percebidos (Habermas, 2012).

3 PODER, ORGANIZAÇÕES E DISPUTA POR LEGITIMIDADE

A legitimação organizacional, quando observada no arco longo da teoria social, pode ser compreendida como um processo de construção e disputa por autoridade que se redesenha conforme mudam as formas de racionalidade e os dispositivos de controle. Na passagem do século XX para o XXI, a governança ambiental desloca-se de um registro de conformidade documental para uma arena de poder em que assimetrias informacionais, expectativas difusas e mecanismos de verificação moldam condutas, valores e reputações. A constituição histórica desse cenário retoma discussões clássicas sobre racionalização e dominação legítima, com a burocracia convertendo avaliações ambientais em rotinas e papéis que conferem previsibilidade, embora preservem a tensão entre forma e substância das práticas (Weber, 2004).

À medida que as relações de poder são escrutinadas por saberes especializados e por novos regimes de verdade, a temática ambiental se torna campo de visibilidade, vigilância e normalização, em que a justificativa do que conta como “sustentável” é permanentemente debatida e reconfigurada (Foucault, 2008).

O enquadramento institucional desse processo foi descrito como incorporação de mitos e rituais de avaliação que conferem legitimidade, ainda que produzam acoplamentos frouxos entre estrutura formal e atividades de base. A sustentabilidade, nesse âmbito, ingressa como roteiro organizacional que estabiliza expectativas externas e reduz incerteza, mesmo quando não há equivalência plena com transformações operacionais (Meyer; Rowan, 1977).

Esse tipo de acoplamento favorece pressões isomórficas, pois organizações em campos semelhantes tendem a convergir em práticas, linguagem e rotinas de reporte para preservar aceitação social e reduzir riscos de

contestação, gerando convergência simbólica e padronização de sinais (DiMaggio; Powell, 1983).

Enquanto isso, a construção do reconhecimento passa a combinar justificações morais, utilitárias e cognitivas, com audiências distintas valorando, em ritmos diferentes, a aceitabilidade e a inteligibilidade dos compromissos ambientais enunciados pelas firmas (Suchman, 1995). Ou seja, a história recente da governança ambiental mostra a migração do *compliance* mínimo para um regime em que a legitimidade é continuamente produzida por meio de disputas interpretativas, com impactos diretos na estrutura de poder entre organizações e outros envolvidos (Jeacle; Carter, 2022).

No plano discursivo-estratégico, práticas verdes são performadas por narrativas, gráficos, indicadores e certificações que procuram reduzir ambiguidades e tornar comparável o que é heterogêneo, articulando promessas de impacto e provas em linguagem apta a circular entre analistas, investidores e reguladores. Em ambientes concorrenciais, essa gramática organiza agendas de risco, projeta imagens de responsabilidade e tenta converter expectativas sociais em vantagem competitiva por meio de relatórios. A literatura recente mostra que pequenas e médias empresas mobilizam a sustentabilidade como linguagem de pertinência social, objetivando amortecer assimetrias de informação e acessar recursos e evitar sanções reputacionais, o que explicita os vínculos entre discurso e sobrevivência organizacional (Crossley; Elmagghi, 2021).

Ao mesmo tempo, o avanço de *ratings* e pontuações ESG amplia a visibilidade, porém também introduz inconsistências metodológicas que embaralham sinais enviados ao mercado. A divergência entre fornecedores de ratings decorre de diferenças de escopo, mensuração e pesos, o que dificulta alinhar incentivos e aferir desempenho ambiental de forma estável (Berg; Kölbl; Rigobon, 2022). Essa heterogeneidade se estende a pontuações relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, cuja correlação com *ratings* tradicionais pode ser baixa, gerando ruído na coordenação de expectativas e na precificação de boas condutas (Van Zanten, 2025).

A centralidade dos relatórios de sustentabilidade e da sua verificação auxilia a explicar como promessas ambientais se tornam críveis, ainda que imperfeitamente. A expansão de padrões e de *assurance* cria protocolos de auditabilidade para públicos dispersos, ao mesmo tempo em que abre um espaço para formatos comunicacionais que priorizam coerência narrativa e consistência visual. O diagnóstico de uma sociedade de auditoria sugere que organizações passam a gerir evidências sobre resultados, com cadeias de rastreabilidade e trilhas de auditoria convertendo-se elas próprias em valores a comunicar e negociar (Power, 2021).

Essa lógica também alcança a comunicação digital, onde métricas, selos e classificações são recontextualizados em ecossistemas de plataformas, multiplicando audiências e acelerando ciclos de reputação, com impactos diretos na governança cotidiana de riscos socioambientais (Jeacle; Carter, 2022).

Sob esse regime, pesquisas identificam o papel da divulgação ESG como resposta a pressões de mercado,

indicando que a forma de medir, agrupar e narrar dados afeta a percepção de risco e as margens de manobra das chefias (Khamisu; Khamisu; Cabras, 2024). Bem como, a discussão econômica sobre reporte obrigatório aponta efeitos ambivalentes, combinando ganhos de comparabilidade e riscos de burocratização das mensagens, o que corrobora com a necessidade de coerência entre padrões, incentivos e verificação independente (Christensen; Hail; Leuz, 2021).

O eixo simbólico fica evidente que a disputa por legitimidade opera como mercado de sinais no qual organizações investem em moedas reputacionais escassas, como credenciais de superioridade moral e narrativas de impacto, visando ordenar hierarquias e assegurar licença social para operar. O *greenwashing* aparece, então, como risco estrutural de um sistema que recompensa sinais padronizados de compromisso. Freitas Netto *et al.* (2020) descrevem repertórios de maquiagem, desde ênfases desproporcionais em iniciativas marginais até o uso de métricas dificilmente auditáveis, o que desloca o centro de gravidade da avaliação para a qualidade da prova comunicada e para a robustez dos dispositivos de verificação por terceiros.

Em pesquisas mais novas, mapeiam-se efeitos distributivos do *greenwashing* sobre todos interessados, inclusive na erosão de confiança e na misaligração de recursos, com a competição por distinção moral gerando barreiras simbólicas de entrada e legitimidade diferencial entre setores e regiões (Santos; Penteado; Paiva, 2024). Esse jogo de credenciamento é, frequentemente, mediado por instrumentos que funcionam como atalhos cognitivos, convertendo complexidade técnica em sinais de fácil circulação, embora sujeitos a vieses de medição e a arbitrariedades metodológicas já documentadas na literatura (Berg; Kölbl; Rigobon, 2022).

A crítica sociológica ajuda a interpretar por que tais credenciais simbólicas se acumulam como capital reputacional, transformando-se em ativos conversíveis em acesso a financiamento, preferência de consumidores e deferência regulatória. A lógica de consagração e distinção sugere que posições dominantes no campo organizacional tendem a definir padrões de virtude ambiental, com capacidade de exportar categorias e impor critérios de avaliação, não raro naturalizando seus próprios interesses como universais (Bourdieu, 2001).

Nessa economia de prestígio, a legitimidade depende da combinação entre coerência comunicativa, responsividade a críticas e capacidade de encadear justificativas que conciliem eficiência e justiça, cada qual acionada conforme a audiência e o contexto, com a retórica de projetos e redes oferecendo um repertório flexível para absorver e neutralizar contestações (Boltanski; Chiapello, 2009).

Ao mesmo tempo, a comunicação pública é atravessada por pretensões de validade que, quando instrumentalizadas, comprometem a confiança intersubjetiva necessária ao reconhecimento de compromissos, sobretudo se forem percebidas estratégias de divulgação seletiva que desqualificam interlocutores e empobrecem o espaço de argumentação (Habermas, 2012). A materialidade do poder reputacional depende ainda de

como atores e objetos são conectados em cadeias de prova e de responsabilização. Ao seguir os rastros que tornam práticas visíveis e mensuráveis, a questão ambiental se apresenta como efeito de redes heterogêneas, nas quais indicadores, plataformas, consultorias e certificadoras também entram em cena e disputam autoridade epistêmica sobre o que conta como impacto (Latour, 2012).

Nesse ponto, Crossley e Elmagrhi (2021) mostram que organizações acionam estratégias distintas para construir aceitabilidade moral e cognitiva, variando da busca de conformidade com padrões à participação em parcerias e iniciativas multissetoriais que funcionam como arenas de validação social, o que amplia a governança por reputação e intensifica a centralidade do gerenciamento de impressões.

A dinâmica performativa da sustentabilidade, por sua vez, envolve a encenação de papéis e a produção de coerência diante de múltiplos públicos, com a apresentação de si operando como tecnologia de coordenação de expectativas, especialmente quando o escrutínio externo é intenso e o risco de dissonância entre fala e ação é elevado (Goffman, 2014).

Em situação de competição por credibilidade, ratings ESG funcionam como atalhos de confiança, porém, sua expansão pressiona por harmonização de métodos e por transparência em critérios, pois a baixa convergência entre fornecedores pode criar incentivos equivocados e favorecer arbitragens simbólicas que deslocam recursos sem transformar processos produtivos de maneira consistente. Van Zanten (2025) chama atenção para esse descompasso, defendendo maior integração entre métricas de risco e métricas de impacto, de modo a evitar que o sinal reputacional se divorcie do efeito social aferido por terceiros.

Essa é também uma implicação das críticas à seletividade na *accountability*, em que filtros de divulgação, ênfases narrativas e escolhas de escopo podem produzir um retrato parcial, desacoplando linguagem e consequência e invertendo a ordem dos meios e fins. Com isso, a governança ambiental é mais um território de poder, no qual legitimidade, confiança e distinção são continuamente negociadas por meio de dispositivos discursivos e tecnológicos que, ao mesmo tempo que viabilizam coordenação, podem gerar novos pontos de opacidade e disputa (Christensen; Hail; Leuz, 2021).

Nessa trajetória que vai do histórico ao discursivo e desemboca no simbólico, a conclusão provisória é que práticas verdes operam como dispositivos de credenciamento e hierarquização. Regras, métricas e rituais de verificação criam tecnologias de poder distribuído, em que a capacidade de produzir confiança sob escrutínio público é diferencial competitivo e fonte de autoridade. Ao mesmo tempo, a escassez de consenso metodológico nos mecanismos de avaliação e a presença persistente de *greenwashing* lembram que reputação é moeda volátil, dependente de provas, de coerência comunicativa e de arenas abertas à crítica.

4 LEGITIMAÇÃO DAS PRÁTICAS AMBIENTAIS NA ESFERA PÚBLICA

Inicialmente, é importante ressaltar que a esfera pública atua como circuito de prova social, em que discursos, métricas e rituais de verificação são continuamente avaliados e testados, enquanto as organizações buscam converter declarações de compromisso em reconhecimento e confiança. Essa dinâmica retoma uma tradição teórica que entende a publicidade dos argumentos como condição de validade intersubjetiva, razão pela qual a aceitação social das práticas ambientais exige coerência narrativa e disponibilidade para análise, sob pena de erosão reputacional e retração da licença social para operar.

No plano histórico, a legitimação ambiental desloca-se de um regime de obediência às regras para um campo de disputa por autoridade e reconhecimento, no qual o “ser sustentável” precisa ser inteligível e justificável perante audiências plurais. Esse trânsito foi descrito pela sociologia institucional como processo de institucionalização de formas, símbolos e roteiros que estabilizam expectativas, ainda que nem sempre impliquem equivalência imediata com mudanças substantivas nos processos produtivos. Com isso, relatórios, políticas e comitês funcionam como estruturas cerimoniais que sinalizam conformidade a mitos de racionalidade e responsabilidade, contribuindo para a aceitação organizacional mesmo quando o acoplamento com a prática é frouxo (Meyer; Rowan, 1977).

A passagem do reconhecimento à legitimação depende de gramáticas de justificação capazes de combinar utilidade percebida, aprovação moral e inteligibilidade cognitiva diante de públicos heterogêneos. Nessa chave, a legitimidade organizacional pode ser lida como percepção generalizada de adequação das condutas a normas e significados socialmente construídos, o que explica por que a adesão formal a parâmetros técnicos é insuficiente quando a narrativa não ressoa com expectativas de justiça ou quando a prova apresentada não sustenta a pretensão de impacto (Suchman, 1995).

Em continuidade, a legitimação contemporânea se apoia em instrumentos de validação performativa, entre os quais certificações, selos, padrões ESG, relatórios e auditorias assumem o papel de provas públicas. Esses dispositivos encenam a sustentabilidade como mérito socialmente verificável, traduzindo heterogeneidades técnicas em sinais comparáveis e de circulação rápida. A expansão de rotinas de verificação e de trilhas de auditoria mostra que, sob regimes de alta visibilidade, organizações administram evidências sobre resultados, o que torna a auditabilidade um valor em si e desloca a credibilidade para a robustez do arranjo de verificação (Jeacle; Carter, 2022).

A literatura sobre assurance explicita como esse efeito performativo é produzido na relação entre quem reporta e quem atesta, ao definir critérios de materialidade, amostragem e escopo que ancoram a confiabilidade percebida do relatório. Ao estreitar lacunas informacionais e reduzir incertezas para investidores e reguladores, a asseguarção procura transformar declarações em compromissos auditáveis, reforçando a ideia de que a legitimidade se constrói em processos e não apenas em resultados (Yan *et al.*, 2022).

Ao mesmo tempo, a multiplicação de métricas e ratings produz ambivalências. Berg, Kölbl e Rigobon

(2022) mostram divergência relevante entre provedores de pontuações ESG, derivada de diferenças de escopo, mensuração e pesos, o que embaralha sinais reputacionais e dificulta alinhar incentivos de mercado com expectativas sociais, principalmente quando os envolvidos dependem desses índices como atalhos cognitivos para julgar compromissos ambientais.

A esfera pública, por sua vez, opera filtros de credibilidade que vão além da técnica, pois incorporam trajetórias, coerências e reputações. Xu, Das e Park (2024) mostram como a legitimidade percebida de posicionamentos corporativos depende de congruências ideológicas e de enquadramentos culturais, sugerindo que a aceitação social surge do acoplamento entre argumentos, identidades organizacionais e expectativas dos públicos, e não apenas de métricas agregadas.

Da narrativa ao efeito social, o desempenho simbólico gera consequências institucionais ao influenciar expectativas regulatórias, decisões de investimento e preferências de consumidores. A literatura sobre reporte obrigatório aponta efeitos mistos, combinando ganhos de comparabilidade com riscos de burocratização comunicativa, mas converge na ideia de que a previsibilidade informacional altera o custo de capital e a percepção de risco, logo, altera as estruturas de oportunidade e poder no campo (Christensen; Hail; Leuz, 2021).

O capital reputacional acumulado por meio de performances críveis tende a converter-se em deferência simbólica, que é um ativo escasso e hierarquizante. Essa conversibilidade é inteligível quando se considera a lógica do capital simbólico, pela qual signos socialmente reconhecidos de mérito e confiabilidade produzem vantagens relacionais que antecedem e condicionam efeitos materiais, inclusive acesso privilegiado a arenas decisórias e prioridade na escuta pública (Bourdieu, 2001).

A legitimação, nessa toada, é efeito de um processo relacional que distribui confiança e desconfiança em função da qualidade dos argumentos, da densidade das provas e da consistência histórica da conduta observada. Ao mesmo tempo, sistemas sociais processam expectativas por meio de mecanismos de redução de complexidade, de modo que a aceitação é uma atualização contínua de acoplamentos entre normas, decisões e observações públicas. Nessa perspectiva, a legitimidade se garante pela estabilização simbólica de expectativas por procedimentos comunicativamente plausíveis e socialmente aceitáveis (Luhmann, 1983).

Quando instrumentos de validação performativa se articulam a narrativas consistentes, seus efeitos ultrapassam o plano comunicacional e reconfiguram relações institucionais. A convergência entre asseguarção de relatórios, métricas auditáveis e responsividade a críticas tende a produzir círculos virtuosos de confiança, enquanto estratégias de divulgação seletiva ou de maquiagem informacional tendem a acionar contraperformances de contestação que deslegitimam e redistribuem poder simbólico entre atores do campo.

Em todos os casos, a passagem do símbolo ao efeito institucional confirma que a legitimação ambiental é menos uma adesão formal do que a produção social de credibilidade sob condições de escrutínio público

crescente, preparando a discussão sobre performatividade, governança comunicacional e efeitos políticos da legitimidade, sem ingressar aqui na modelagem de instrumentos ou políticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi compreender em que condições a sustentabilidade se transforma em linguagem de legitimidade na esfera pública e produz efeitos institucionais mesmo antes de mudanças materiais comprováveis. Ao longo do percurso teórico, esse objetivo foi alcançado ao discutir que a sustentabilidade opera como um recurso simbólico que circula entre diferentes públicos e serve como marcador de confiança, reputação e aceitabilidade social. Foi possível mostrar que o que torna uma prática reconhecida é a forma como ela é percebida, justificada e validada diante do olhar público.

Os resultados também mostraram que a legitimidade ambiental é resultado de disputas por autoridade interpretativa. Organizações recorrem a métricas, certificações, relatórios e rotinas de assegurar para credenciar sua narrativa e reduzir incertezas reputacionais. O artigo também confirmou que a esfera pública atua como espaço decisivo, no qual símbolos, provas comunicadas e coerência discursiva são constantemente testados, e onde o prestígio ambiental funciona como ativo estratégico.

A pesquisa mostrou ainda que a sustentabilidade se converte em vantagem institucional quando associada a dispositivos de validação capazes de transformar promessas em credibilidade reconhecível. O artigo demonstrou que esses instrumentos operam como atalhos cognitivos que ajudam o público a avaliar quem merece confiança, ainda que exista risco de *greenwashing* sempre que o sinal simbólico se afasta da verificação concreta. O exame desse fenômeno permitiu identificar a existência de um mercado de legitimidade, no qual diferentes atores competem pela autoridade de definir o que conta como sustentável.

Também, o estudo permitiu esclarecer que a legitimidade ambiental é relacional e dinâmica. Ela surge do encontro entre expectativas sociais, modos de comunicação e arranjos de prova. Quando a narrativa é consistente e auditável, o símbolo gera consequências institucionais reais, como acesso a financiamento, deferência regulatória e reconhecimento público.

Quando essa consistência se rompe, a legitimidade se desfaz e abre espaço para contestação. Dessa maneira, a sustentabilidade aparece como processo público de construção de credibilidade, dependente de coerência, transparência e responsabilidade comunicativa.

REFERÊNCIAS

BERG, F.; KÖLBEL, J.; RIGOBON, R. Aggregate Confusion: The Divergence of ESG Ratings. **Review of Finance**, v. 26, n. 6, p. 1315–1344, 2022.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CHRISTENSEN, H. B.; HAIL, L.; LEUZ, C. Mandatory CSR and Sustainability Reporting: Economic Analysis and Literature Review. **Review of Accounting Studies**, v. 26, n. 3, p. 1176–1248, 2021.

CROSSLEY, R. M.; ELMAGRHI, M. H. Sustainability and legitimacy theory: The case of sustainable social and environmental practices of SMEs. **Business Strategy and the Environment**, v. 30, n. 8, p. 3740–3762, 2021.

FREITAS NETTO, S. V. et al. Concepts and forms of greenwashing: a systematic review. **Environmental Sciences Europe**, v. 32, n. 19, p. 1–12, 2020.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147–160, 1983.

ERG, F.; KÖLBEL, J.; RIGOBON, R. Aggregate Confusion: The Divergence of ESG Ratings. **Review of Finance**, v. 26, n. 6, p. 1315–1344, 2022.

FONSECA, A. S. A. Arte, eco-comunicação e percepção ambiental: notas sobre afetos e enquadramentos. **Ambiente & Sociedade**, v. 27, e0257, 2024.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOFFMAN, E. **A apresentação do eu na vida cotidiana**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. 2 v. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

INOCÊNCIO, E. R.; FAVORETO, R. L. Distorções comunicativas em relatórios de sustentabilidade: uma análise pautada no pensamento habermasiano. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 20, n. 4, p. 543–556, 2022.

JEACLE, I.; CARTER, C. Audit Society Goes Viral. **Qualitative Research in Accounting & Management**, v. 19, n. 2, p. 269–285, 2022.

KADDOURI, O. The new normal of corporate sustainability: A post-crisis perspective on greenwashing discourse. **International Journal of Information Management**, v. 76, 102737, 2024.

KHAMISU, M. S.; KHAMISU, M. S.; CABRAS, I. Emerging Trends of Environmental, Social and Governance (ESG) Disclosure: A Systematic Literature Review. **Discover Sustainability**, v. 4, n. 1, 2024.

LATOURE, B. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA, 2012.

LIMA, D. C.; MASCENA, K. M. C. Divulgação socioambiental e hipocrisia organizada. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 65, n. 1, e2024-0206, 2025.

LOBATO, J. A. M.; NEIVA, R. C. S. Organizações, discursos e práticas em sustentabilidade: estudo da comunicação sobre o desenvolvimento sustentável em relatórios corporativos. **Organicom**, v. 19, n. 39, p. 71–86, 2022.

LUHMANN, N. **A realidade dos meios de massa**. São Paulo: Paulus, 2005.

LUHMANN, N. **Legitimation durch Verfahren**. 3. Aufl. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1983.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340–363, 1977.

POWER, M. Modelling the Micro-Foundations of the Audit Society: Organizations and the Logic of the Audit Trail. **Academy of Management Review**, v. 46, n. 4, p. 678–699, 2021.

SANTOS, C.; PENTEADO, C.; PAIVA, C. A systematic literature review on greenwashing and its impacts. **Management Review Quarterly**, v. 74, n. 3, p. 641–671, 2024.

STEPHENS, S.; AHMED, M.; HALDAR, A. Legitimacy in the literature: Distinguishing between moral and cognitive frames in decarbonization discourse. **Business Strategy and the Environment**, v. 34, n. 3, e4321, 2025.

SUCHMAN, M. C. Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571–610, 1995.

SUCHMAN, M. C. Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571–610, 1995.

VAN ZANTEN, J. A. An Analysis of ESG Ratings and SDG Scores. **Organization & Environment**, v. 38, n. 4, p. 1–24, 2025.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 2004.

XU, H.; DAS, D.; PARK, J. Publics' Perceptions of Legitimacy in Corporate Social Advocacy: A Computational Analysis of the Role of Ideological Congruence. **Public Relations Review**, v. 50, n. 4, 102486, 2024.

YAN, M.; JIA, F.; CHEN, L.; YAN, F. Assurance Process for Sustainability Reporting: Towards a Conceptual Framework. **Journal of Cleaner Production**, v. 377, 134156, 2022.